

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Galo demite Felipão

Felipão não é mais técnico do Atlético-MG. O treinador teve a saída anunciada pelo clube após uma reunião da diretoria na noite anterior, que avaliou o momento do comandante como ruim e sem perspectiva de melhora. A equipe está na final do Campeonato Mineiro e vai enfrentar o Cruzeiro após a Data Fifa. A ideia da direção é que o período de pausa de jogos ajude o elenco a processar a mudança. Os jogadores tiveram três dias de folga e retomaram os treinamentos ontem sob o comando do auxiliar-técnico permanente Lucas Gonçalves.

CASO ROBINHO Corte forma maioria para o atacante, condenado na Itália a nove anos de reclusão por estupro em grupo, cumprir a pena no Brasil. Defesa vai ao STF para evitar prisão imediata, mas diz que jogador está "à disposição" da Justiça

STJ dá drible na impunidade

LUANA PATRIOLINO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, que o atacante Robinho deverá cumprir no Brasil a pena de nove anos de prisão à qual foi condenado na Itália por participação em um estupro de uma jovem albanesa durante uma festa em Milão, em 2013, quando o jogador defendia o Milan. Na determinação da Corte, a condenação deve ser executada de forma imediata e em regime fechado. A defesa vai recorrer da decisão.

O placar no tribunal foi de nove votos a dois. Atualmente, Robinho vive no Guarujá (SP) e não cumpriu pena na Itália, pois já estava no Brasil quando o julgamento foi concluído com a análise de todos os recursos. A Constituição brasileira impede a extradição de brasileiros natos para cumprimento de penas no exterior. Por isso, a Justiça italiana pediu a execução da condenação no Brasil, como alternativa para evitar a impunidade.

Julgamento

Os ministros não votaram o mérito do caso, ou seja, se Robinho era ou não culpado pela participação no estupro coletivo. Eles apenas avaliaram se o ex-atleta poderia ser preso no Brasil pelo crime. Prevaleceu o entendimento do relator, ministro Francisco Falcão. Outros oito magistrados se posicionaram no mesmo sentido.

"Entendo que não há óbice constitucional para homologação da execução da pena. A sentença foi confirmada pelo tribunal de Milão, que é a autoridade competente. Houve trânsito em julgado da sentença condenatória. O requerido (Robinho) não foi julgado à revelia na Itália, estava representado", destacou Falcão.

O ministro defendeu a transferência da pena para o Brasil para que "não haja impunidade por causa da nacionalidade do indivíduo (Robinho)". Para o magistrado, a não homologação poderia provocar problemas

Rafael Luz/STJ



Julgamento de Robinho em Brasília: nove ministros da Corte Especial deram parecer favorável à homologação da pena. Apenas dois foram contra o cumprimento da sentença no Brasil

"Entendo que não há óbice constitucional para homologação da execução da pena. A sentença foi confirmada pelo tribunal de Milão, que é a autoridade competente"

Ministro Francisco Falcão,
relator do caso no STJ

diplomáticos entre os dois países. "Negar a transferência da pena pelo simples fato de ser brasileiro poderá acarretar consequências gravosas à relação Brasil e Itália com relação à execução do tratado", ressaltou.

Apenas os ministros Raul Araújo e Benedito Gonçalves votaram contra a homologação. Eles defenderam que ser brasileiro nato impede Robinho de cumprir prisão no Brasil por condenação na Itália. "Não podemos, me parece, ainda bem cogitar desta homologação para efetivar a execução da pena estrangeira no Brasil. Por quê? Porque trata-se de brasileiro nato", argumentou Araújo.

Defesa

O advogado de Robinho, José Eduardo Alckmin, disse após o julgamento que vai recorrer da decisão do STJ que homologou a condenação do ex-jogador pela Justiça da Itália. Ele afirmou que sua primeira preocupação é reverter uma ordem de prisão imediata. Para isso, apresentará um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF).

"A primeira preocupação é suspender essa ordem de prisão imediata. O Supremo já analisou isso, enquanto não transita em julgado, não se pode cumprir imediatamente", disse o jurista. Alckmin também afirmou

que Robinho está "à disposição da Justiça". "Se chegar um oficial de justiça, ele vai acompanhar. Não vai se opor à execução, com certeza", afirmou.

Relembra o caso

Robinho foi sentenciado a nove anos de prisão na Itália, considerado culpado no caso do estupro coletivo de uma mulher albanesa em uma boate local. Ele confirmou o envolvimento sexual com a vítima, mas negou as acusações de violência, quando foi interrogado, em 2014.

O processo se iniciou em 2016 e teve a sentença de

primeiro grau proferida em 23 de novembro de 2017. Em 2020, o caso voltou à tona quando foram divulgados na imprensa trechos de conversas interceptadas pela polícia, nas quais Robinho e os amigos fazem chacota da vítima.

Em dezembro de 2020, a Corte de Apelação de Milão, segunda instância da Justiça da Itália, em audiência única, confirmou a condenação do ex-atacante a nove anos de prisão. Segundo a juíza italiana Francesca Vitale, que presidiu o julgamento em segunda instância, "a vítima foi humilhada e usada pelo jogador e seus amigos para satisfazer seus instintos sexuais".

Daniel Alves: Justiça concede liberdade provisória sob fiança

Condenado em fevereiro por estupro de uma mulher de 23 anos, Daniel Alves teve o pedido de liberdade provisória concedido pela Justiça espanhola. Ontem, o Tribunal de Barcelona decretou a fiança de 1 milhão de euros (R\$ 5,4 milhões) para o brasileiro. O jogador também não poderá sair da Espanha e entregará os passaportes no nome dele (brasileiro e espanhol) à Justiça local, além de comparecer semanalmente no Tribunal. Ainda cabe recurso contra a decisão. O jogador alega inocência e recorre da sentença pelo crime de agressão sexual.

Foram 14 meses em que o jogador esteve preso. Isso corresponde a quase um quarto da pena de quatro anos e meio imposta em julgamento. Segundo o entendimento do Tribunal, a punição foi "significativamente reduzida em relação à

mais baixa das solicitadas pelo Ministério Público". A Promotoria queria que Daniel Alves fosse condenado a nove anos de prisão. Enquanto a acusação pedia 12 anos. O tempo que o brasileiro esteve encarcerado foi levado em conta pelo Tribunal para conceder a liberdade neste momento.

Apesar da condenação, Daniel Alves cumpria a prisão preventiva, pois o caso ainda tramita com pedidos de recursos, e poderia ser estendida até, no máximo, metade da pena. A lei espanhola determina que esse tipo de prisão pode durar até dois anos. Na interpretação do Tribunal, é improvável que se chegue a uma sentença definitiva nesse período.

O Ministério Público da Espanha contestou o pedido feito pela defesa. O argumento era

de que havia risco de fuga, dado que Daniel Alves tem uma pena grande e capacidade financeira de bancar uma saída do país. O que foi levado em conta para a concessão da liberdade, mas com as condições de entrega dos passaportes e agenda semanal no Tribunal. A soltura do lateral não significa absolvição. Ele apenas terá liberdade para aguardar as análises do processo em instâncias superiores àquela em que foi condenado.

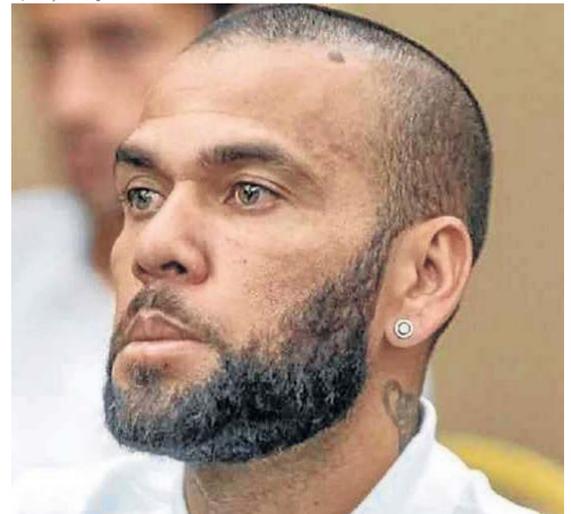
A fiança imposta é maior do que a proposta pela defesa do jogador, que ofereceu um depósito de 50 mil euros (R\$ 273 mil). Na audiência da 21ª seção do Tribunal de Barcelona que analisou o pedido, Daniel Alves interveio. "Creio na Justiça. Não vou fugir", disse o brasileiro, que também alegou que "quer ir até o fim" no caso.

O MP ainda pode recorrer da liberdade provisória concedida a Daniel Alves. Para isso, é preciso interpor um recurso ao Superior Tribunal de Justiça da Catalunha (STJC). Enquanto isso, o jogador depende apenas dos trâmites legais decretados até o momento para sair da prisão.

Neymar

Daniel Alves recorreu ao pai do atacante Neymar Júnior para pagar a fiança de 1 milhão de euros para ser libertado da prisão, de acordo com informações do jornal espanhol *La Vanguardia*. A família do camisa 10 da Seleção Brasileira havia ajudado Daniel Alves com o pagamento de 150 mil euros (R\$ 900 mil) à vítima. O valor contribuiu para a redução da pena que poderia chegar a 12 anos.

reprodução instagram



Daniel Alves está com contas bloqueadas devido a ação da ex-esposa